

EIXO TEMÁTICO 11 | QUESTÕES AGRÁRIA, URBANA E AMBIENTAL

QUESTÕES CLIMÁTICAS, QUEIMADAS E AVANÇO DO CAPITAL NO AMAZONAS

CLIMATE ISSUES, BURNINGS, AND THE ADVANCE OF CAPITAL IN THE AMAZON

COSTA, Hudson Andrey Correa da¹
LIMA, Naiara G. Holanda²
PEREIRA, Aldrya Tabita Campos³

RESUMO

A crise ambiental e climática que o estado do Amazonas vivenciou em 2023, expõe as consequências reais do modo de produção capitalista ao longo da história nas dimensões sociais e ambientais e seu avanço na contemporaneidade sob a floresta para garantir sua produção e reprodução no consumo insustentável dos recursos naturais, assim, o objetivo do estudo é Analisar a questão socioambiental no Amazonas e suas consequências ambientais e sociais em 2023 com a ofensiva capitalista na região. Metodologicamente utilizou-se da pesquisa bibliográfica e documental de fonte secundária, com abordagem qualitativa e com uma perspectiva crítica, trazendo a discussão sobre a questão socioambiental e crise climática vivenciada pela população em 2023 no Amazonas. Como resultado da discussão apontou-se as diversas frentes de ocupação e expropriação do território da floresta para responder as necessidades do modo de produção capitalista causando consequências irreparáveis para o meio ambiente e para a população que vive no Estado.

Palavras-chave: Questão Ambiental; Modo de produção capitalista; Sustentabilidade; Ofensiva Capitalista.

ABSTRACT

The environmental and climate crisis that the state of Amazonas experienced in 2023, exposes the real consequences of the capitalist mode of production throughout history in the social and environmental dimensions and its advance in contemporaneity, under the forest to

¹ Docente do Curso de Serviço Social da Escola Superior Batista do Amazonas-ESBAM. Mestre em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia-UFAM. E-mail: hudsonandrey@yahoo.com.br.

² Coordenadora do Curso de Serviço Social da FAMETRO-AM. Mestre em Serviço Social- UFAM: E-mail: naiaraholanda1@gmail.com

³ Acadêmica do curso de Serviço Social 6º período da Escola Superior Batista do Amazonas- ESBAM. E-mail: adryapereira@esbam.edu.br

guarantee its production and reproduction in the unsustainable consumption of natural resources, thus, the objective of the study is to analyze the socio-environmental issue in Amazonas and its environmental and social consequences in 2023 with the capitalist offensive in the region. Methodologically, bibliographic and documentary research from a secondary source was used, with a qualitative approach and with a critical perspective, bringing the discussion about the socio-environmental issue and climate crisis experienced by the population in 2023 in Amazonas. As a result of the discussion, the various fronts of occupation and expropriation of the forest territory were pointed out to respond to the needs of the capitalist mode of production causing irreparable consequences for the environment and for the population living in the State.

Keywords: Environmental Issue; Capitalist mode of production; Sustainability; Capitalist Offensive.

1 INTRODUÇÃO

A crise climática vivenciada pelos amazônidas em 2023 em que a região Amazônica, representada por sua abundância de recursos naturais como os recursos hídricos, entrou em crise, com forte estiagem em que os rios secaram e causou consequências sociais e ambientais intensos. Esse cenário de extremos climáticos e o avanço do capitalismo a partir de diversas frentes de exploração de recursos para satisfazer as necessidades de produção e reprodução ampliada do capital, ocasionou outras crises ambientais nunca vivenciada pela população como a crise da poluição do ar na cidade de Manaus ocasionada pelas intensas queimadas nesse mesmo período, ocasionado pelo avanço do agronegócio no sul do Amazonas.

Diante de todo esse cenário a inquietação para o desvelamento dessas crises ambientais vivenciadas na cidade de Manaus e no estado do Amazonas com forte repercussão na Amazônia Legal, mostra-se concretamente a forma de desenvolvimento capitalista destinada à região ao transformar o território Amazônico e seus recursos naturais em commodity para a satisfação da produção insustentável do capitalismo, o que nos levou a problematizar sobre a crise ambiental de 2023 e sua relação histórica com o modo de produção capitalista e suas consequências globais e territoriais para a população e o meio ambiente.

O objetivo da discussão foi analisar a questão socioambiental no Amazonas e suas consequências ambientais e sociais em 2023 com a ofensiva capitalista na região. O percurso metodológico utilizado quanto a perspectiva teórica, foi crítica com a utilização da categoria do método dialético “mediação” que nos possibilitou analisarmos a crise de 2023 a partir das subcategorias singularidade-universalidade-particularidade. Quanto aos procedimentos

técnicos da pesquisa foi a bibliográfica e documental de fonte secundárias, com abordagem qualiquantitativa do objeto de pesquisa.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 QUESTÕES CLIMÁTICAS E O CENÁRIO DO AMAZONAS EM 2023

O índio chorou. O branco chorou. Todo mundo está chorando, a
Amazônia está queimando. Ai, ai, que dor. Ai, ai, que horror.
O meu pé de sapopema, minha infância virou lenha. Ai, ai, que
dor. Ai, ai, que horror.
Virou deserto o meu torrão. Meu rio secou, pra onde vou?
Música: Lamento de Raça- Boi Garantido (1996)

A Amazônia, que historicamente foi construída a bases de lendas e mitos na percepção dos colonizadores, como um território selvagem, inóspito e perigoso para as pessoas que procuravam se aventurar por ela e mitológico pelas vastas criatividade humanas que se tinham da região, apresentou-se para os europeus, como uma região a ser explorada, conquistada e dominada. Foi assim quando os europeus adentraram na região e de forma bélica, ocuparam-na, subjulgando a população, que aqui estavam, para responder aos seus interesses imperialistas.

A fauna, flora e sua população por muito tempo foram considerados exóticos, selvagens, inóspito e “inferno verde” trazendo as diversas fantasias sobre a construção social e do imaginário sobre a região. Contudo, a região Amazônica concentra um território significativo de floresta que traz uma biodiversidade grandiosa, tanto a fauna como a flora são riquíssimas pelas suas diversidades. A população amazônica traz a marca da diversidade social, étnica, cultural e cosmológicas, trazendo para a região uma rica variedade e sensação de abundância para quem vive na região e para os que se encontram fora.

A região Amazônica, que no Brasil é formada pelos estados do Acre, Amapá, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Amazonas, fazem parte da Amazonia Legal criado pela lei nº 1.806/53 e ampliada pela lei complementar nº 32/1977 para fins de desenvolvimento liderado pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazonia- SUDAM. O Amazonas, como um dos maiores Estados do Brasil em área territorial com 1.559.168.117 km² (IBGE, 2018), abriga uma das maiores biodiversidades da Amazonia. Suas características territoriais e populacionais são bem peculiares, pois a região é cortada por diversos rios e igarapés, tendo a menor malha viária

do Brasil com apenas 1.084 km (DNIT, 2018).

O Estado do Amazonas tem uma extensa malha fluvial com os seus rios caudalosos que segundo a Agência Nacional de Águas (ANA), possui uma malha fluvial de 19.024 km de extensão, correspondendo a 44,5% da malha fluvial do Brasil. Essas peculiaridades territoriais do Amazonas a torna um território das águas, cujo suas principais estradas são líquidas e a forma de mobilidade da população e comércio se dá pela navegação.

O povo das águas, como descreve Porro (1995), que simbioticamente vivencia os ciclos naturais da água, das cheias e vazantes dos rios, tecendo suas organizações sociais, culturais e econômicas a partir desse processo natural, em que tanto a fauna como a flora são abundantes para os povos que ocupam a região. Torna-se inimaginável que uma região que concentra uma das principais bacias hidrográficas do Brasil que é a Amazônia, com suas diversidades e riquezas naturais e culturais, possa vivenciar extremos desse ciclo da natureza.

No ano de 2022 no dia 22 de junho, o nível das águas do Rio Negro, que banha a cidade de Manaus, atingiu a cota de 29,75 metros o que ocasionou a 4ª maior cheia do rio na história do Amazonas, sendo que no mesmo período de 2021 a cota do nível do rio atingiu 30,02 metros, sendo a marca histórica da cheia desde 1902 quando se começou a medição no Porto de Manaus, o resultado foram diversos municípios decretando estado de emergência na situação da cheia.

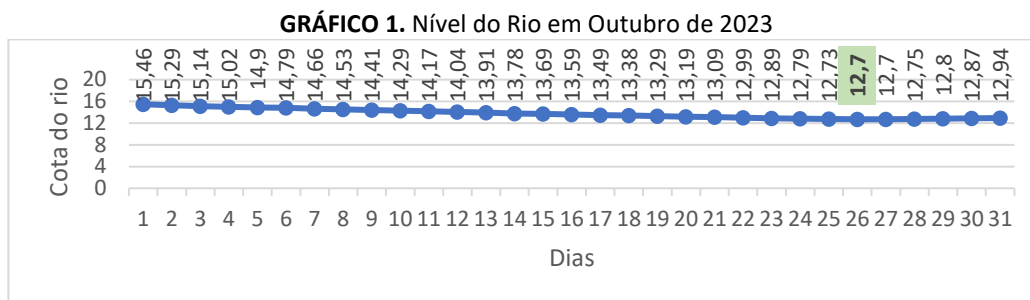
FIGURA 1. Cheia no município de Anamã no estado do Amazonas



Fonte: Defesa Civil, 2021.

O extremo desse processo climático no Amazonas se apresentou no ano de 2023, que anteriormente o Estado passou pela 4ª maior cheia, teve que vivenciar a maior vazante da história do Estado e trouxe diversas consequências sociais, econômica e de saúde pública. Os dados sobre a medição do Rio Negro realizada pela empresa que administra o Porto de Manaus, apontou depois do mês de julho, uma vazante que poderia atingir marca histórica. A leituras

dos dados de medição apontaram que no mês de julho a outubro houve uma vazante de 15,32 metros e teve seu ápice de vazante no mês de outubro como aponta o gráfico 01:



Fonte: Porto de Manaus, 2024.

No dia 26 de outubro de 2023, o Amazonas vivenciou a pior estiagem e vazante em sua história. O rio atingiu a menor cota do seu nível, levando o Estado a vivenciar um cenário nunca pensado pela representação simbólica do que é a Amazônia que é sinônimo de abundância na fauna e flora. O mundo voltou-se para o que a Amazônia estava vivenciando que foi a grande estiagem. A mídia começou a noticiar o extremo da situação climática que a região vivenciava:

- “Devastador: moradores da Amazônia temem que seca histórica seja prenúncio de ponto de não retorno” (BBC News Brasil, 2023).
- “2023: O ano que a Amazônia secou” (ISA, 2024).
- “Seca na Amazônia é potencializada por fenômenos climáticos, dizem especialistas” (Correio Brasiliense, 2023).
- “Afetada pela forte estiagem, Amazonas tem recorde de queimada em outubro, mostra Inpe” (Carta Capital, 2023).
- “Crise climática: seca severa na Amazônia é agravada por desmatamento e fogo” (WWF, 2023).
- “Seca no Amazonas: Rio Negro atinge menor nível em 121 anos” (Correio Brasiliense, 2023).

As estradas líquidas e caudalosas do Amazonas, secaram. Como consequência da dicotomia enchente e seca, que afetou significativamente o ciclo natural da Amazônia, o comércio, indústria, serviços públicos, comunidade ribeirinha e os municípios do Amazonas sofreram os impactos dessa estiagem. O Amazonas que tem uma malha viária de apenas 1.084 km e fluvial de 19.024 km e essa malha é o que muitas vezes liga os municípios com outras localidades, secaram ou ficaram intransitáveis para o transporte fluvial que é responsável pelo escoamento de produtos e transporte de passageiros para esses municípios.

A consequência social da estiagem no ano de 2023 no Amazonas atingiu mais de 500

mil pessoas, com pior situação de estado de emergência de 55 dos 62 municípios do Estado (WWF, 2023). Diversos municípios do Amazonas ficaram isolados por não ter mais mobilidade nos rios, impactando na economia do município, no fornecimento de energia e água, no acesso a produtos básicos, bem como o aumento da inflação. Em Manaus as indústrias tiveram que oferecer férias coletivas para milhares de trabalhadores do Polo industrial por desabastecimento de peças que chegavam por meio fluvial. Povos tradicionais ficaram isolados com o risco de insegurança alimentar e desabastecimento de água. O principal rio, que banha Manaus, drasticamente diminuiu seu volume de água como mostra a figura abaixo:

FIGURA 2. Vista aérea do Rio Negro com balsa encalhada nas margens do rio



Fonte: Correio Brasiliense, 2023.

Outra consequência dessa estiagem no Amazonas foi o aumento significativo das queimadas. Dados do Inpe apontaram que na Amazônia Legal, em 2023, tiveram 126.964 focos de calor, sendo que no Amazonas foram registrados 19.604 focos de calor ficando atrás do Mato Grosso com 21.723 focos de calor e o Estado com maior foco de calor foi o Pará com 41.719. O Amazonas registrou, segundo o Inpe, no mês de setembro de 2023, 6.999 focos de incêndio. Além do Amazonas vivenciar a forte estiagem que atingiu 55 municípios que deixou dezenas de comunidades isoladas, a cidade de Manaus teve que vivenciar a situação de poluição do ar causada pelas fortes queimadas, que ocasionou questão de saúde pública, pois atingiu índices perigosos para a saúde humana.

Em entrevista ao Amazônia Real (2023) o superintendente do IBAMA no Amazonas, indicou que a fumaça que se intensificou na cidade de Manaus e na região metropolitana foi causada por agropecuaristas, principalmente dos municípios de Careiro e Autazes. No estado do Amazonas em 2023, segundo os dados do Painel do Clima do Amazonas, apontaram que os

municípios de Lábrea, Apuí, Novo Aripuanã e Manicoré, tiveram 7.471 pontos de foco de calor, representando 38,10% do total registrado no Amazonas naquele ano e todos esses municípios fazem parte do arco do Agro que adentra pelo sul do Amazonas.

Diante desse cenário de crise hídrica e de queimadas no Amazonas intensificada pela crise climática e pela ofensiva capitalista na região, é importantíssimo desmantelar essa cortina de fuma que encobre o entendimento das mediações para apreender a totalidade dos processos e sua interrelação com o modo de produção capitalista e sua forma insustentável de ser, que causa, em longo prazo, fatores climáticos que asseveram nossa região bem como avançam para a dominação e exploração dos recursos renováveis ou não da grande floresta Amazônica, ocasionando esses cenários inimagináveis pela imensidão e vastidão da abundância do que representa a Amazônia.

2.2 MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA, QUESTÃO AMBIENTAL E SUA (IN)SUSTENTABILIDADE NO CAPITALISMO

A discussão sobre a sustentabilidade, questão ambiental e crise ambiental pelo qual vivenciamos é indissociável da reflexão crítica sobre o modo de produção capitalista e sua lei de acumulação, bem como as consequências sociais e ambientais causadas por essa forma de produzir e manter relações sociais. Pensar sobre a crise ambiental e a discussão no âmbito internacional sobre o meio ambiente e as formas de finitude dos recursos naturais no processo de produção e consumo, requer trazer a dimensão contraditória entre capital e trabalho e seus rebatimentos no conjunto de desigualdades que surgem desse processo.

A Revolução Industrial que surge na Inglaterra, traz a marca do Sistema capitalista que se caracteriza pelo processo de exploração da força de trabalho e dos recursos naturais para a produção de mercadorias e conseqüentemente o lucro a partir da defesa indispensável da propriedade privada, o que caracteriza esse modo de produção. Netto (2017, p.157) aponta que o desenvolvimento capitalista “produz compulsoriamente a questão social, diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da questão social”, sendo esta última constitutiva da sociedade capitalista decorrente do processo de exploração do trabalho.

O modo de produção capitalista para além de produzir o conjunto de desigualdades na sociedade como bem aponta Ianni (1989) quando enfaticamente coloca que a sociedade capitalista é uma fábrica que produz contraditoriamente riqueza e desigualdade, também, de

forma propensa “conduz à irremediável destruição das condições sociometabólicas da relação homem/natureza “(Nascimento et al., 2021, p.212), ou seja, além de fabricar as contradições inerente do que se chama de questão social, proporcionalmente, por causa da produção predatória, produz a questão ambiental.

A produção capitalista, para desenvolver as forças produtivas ao máximo com a finalidade de ampliar a produção e automaticamente os lucros exorbitantes, cada vez mais explora os recursos naturais para dar conta da crescente produção. O cerne do sistema capitalista de produção encontra-se no tempo necessário de produção, ou seja, quanto menor o tempo de produção, maior a produção e conseqüentemente maior o lucro. O tempo é a chave fulcral da produção capitalista, tanto no processo de exploração do trabalho, na extração da mais-valia, como a utilização dos recursos naturais que são processados para a transformação de mercadorias com valor de troca no mercado. Nesse sentido Nascimento(et al., 2021, p. 215) aponta que “a utilização predatória dos recursos da natureza e da própria forma de trabalho, constitui-se numa tendencial inexorável do processo de acumulação de capital”, fomentando um movimento predatório e esgotável desse modo de produção em relação ao usufruto hiperexploratório da natureza para satisfação da lógica do capital.

As crises de caráter ambiental causada pelo processo produtivo capitalista que utiliza os recursos naturais como algo infinito e a modernização dos processos produtivos que requerem mais matérias-primas advindo da natureza para a produção de mercadorias, intensificando o uso constante desses recursos como forma de atender a demandas do consumo, causa também impactos significativos no meio ambiente e o aumento vertiginoso dos materiais industrializados descartados no processo produtivo como no consumo, criando problemas graves de descartes de materiais não reaproveitados.

Como foi apontado, a história do modo de produção capitalista é a história do conjunto de desigualdades intensificada por esse sistema e concomitantemente mostra-se como algo predatório e destruidor dos processos naturais dos diversos biomas que concentram recursos que serão explorados pelo capitalismo, como bem aponta Silva (2012) que a degradação ambiental torna-se tema inquietante para a humanidade a medida que o processo produtivo do capitalismo avança para a destruição da natureza.

Nascimento (et al., 2021) aponta que o desenvolvimento da forças produtivas e o adensamento da exploração da natureza pelo capitalismo a partir de 1950, fez surgir um conjunto de agressões ambientais que teve como resposta o surgimento de movimentos

ambientalistas. A discussão sobre sustentabilidade se adensa a partir de 1960 e 1970 quanto às consequências sociais e ambientais do modo de produção, intensificando discussões e encontros internacionais para refletir sobre essas questões ambientais.

Diante da preocupação com os “limites ecológicos do planeta terra” (Nogueira; Chaves, 2005, p.18), iniciou-se a discussão sobre sustentabilidade a partir de diversas controvérsias, principalmente no discurso dominante sob a égide liberal, de amenizar esses impactos ambientais com medidas paliativas à produção capitalista, sem interferir no que é mais fulcral ao capitalismo que é seu modo de produção. Assim, a discussão sobre a sustentabilidade deu-se na Conferência de Estocolmo em 1972 e posteriormente na publicação do Relatório Nosso Futuro Comum, da Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento da ONU em 1987.

A primeira proposta de discutir sustentabilidade se deu com a contribuição de Ignacy Sachs em 1970 cujo foco assume posição de crítica ao modelo de desenvolvimento e produção do capital e suas consequências sociais e ambientais, sendo que o elemento central na concepção do que o autor denominou de Ecodesenvolvimento “deve ser a satisfação das necessidades básicas de reprodução humana, material e psicossocial, orientadas pelos princípios de uso sustentável que envolve a autonomia do povo” (Chaves et al., 2023, p. 28).

O Ecodesenvolvimento defendido por Sachs buscando a construção de um novo paradigma de desenvolvimento para além do capital, se baseia em alguns pilares ou dimensões fundantes: Cultural: em que pese novas atitudes e sociabilidades baseadas no ritmo da natureza com uma lógica produtiva mais sustentável; Territorial: distribuição espacial de assentamentos humanos e a permanência de populações tradicionais em seus territórios; Econômica: Alocação e manejo eficientes dos recursos naturais em prol do bem-estar humano; Social: redução das desigualdades a partir da distribuição equitativa de renda com acessos a direitos sociais; Ecológica: Valorização da prática produtiva tradicionais, adoção de técnicas e tecnologias que diminuam a deterioração ambiental; Ambiental: Formulação de políticas públicas para valorização da biodiversidade respeitando o tempo de recuperação da biodiversidade. (Sachs 1986 apud Chaves et al., 2023, p.30).

A proposta apresentada por Sachs como aponta Chaves (et al., 2023) vai de encontro à lógica do capitalismo que de forma predatória, consome os recursos disponíveis na natureza para sustentar o ritmo desmensurado da produção capitalista no menor tempo necessário, assim, essa proposta de desenvolvimento alicerçado no ritmo natural de recuperação da

natureza, valorizando os conhecimentos tradicionais da população que já vivencia e tem uma simbiose com o bioma bem como suas práticas produtivas menos agressivas à natureza e com uma Gestão Social do Estado na condução e garantia de políticas públicas ambientais que garanta o suporte necessário para recuperação da biodiversidade com acesso a proteção social à população, torna-se inviável para o capitalismo, pois atingiria basilamente, a sua própria lógica de produção.

A outra vertente validade pelo capitalismo tem uma perspectiva teórica neoclássica, “de defesa do equilíbrio e do crescimento econômico centra-se nas análises sobre uso de recursos naturais não renováveis ou renováveis, as condições de exploração econômica ideal”(Chaves, 2023, p.211). Essa vertente sobre sustentabilidade foi uma contraofensiva engendrada pelos ideólogos e teóricos liberais que em 1983, a partir da retomada da discussões sobre questões ambientais criou-se a Comissão Mundial sobre Meio ambiente e Desenvolvimento que elaborou o Relatório Brundtland, que apresentou o conceito de Desenvolvimento Sustentável como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas necessidades”(Chaves, 2023, p.214).

Esse relatório que traz o conceito de Desenvolvimento Sustentável e que foi difundido com maior capilaridade pelo Capital, como até uma ofensiva contra o conceito de Ecodesenvolvimento, pois esse modelo de sustentabilidade defendida pelo grande capital “esconde uma proposta que atende às necessidades do sociometabolismo do capital [...] aceita a escassez de recurso e cria mecanismos para seu gerenciamento, como o fazem os defensores acríticos da sustentabilidade”(Mészáros, 2002 apud Nascimento, et al., 2021, p.215). A preocupação com a finitude dos recursos naturais e a gestão da escassez conduzida pelo conceito de Desenvolvimento Sustentável, não se torna capaz de superar essa contradição no cerne da produção capitalista, pois a cada desenvolvimento das forças produtivas utilizadas pelo capital, nem as inovações das técnicas e tecnologias impulsionado pela ciência, é capaz de conter o esgotamento desses recursos naturais em quanto o modo de produção capitalista existir.

2.3 A OFENSIVA CAPITALISTA NO AMAZONAS E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Amazônia, incluído o estado do Amazonas que faz parte, que chamamos de Amazônia Legal, é rico e diversidade da fauna, flora e étnica, “lugar de expressão das relações

socioculturais que com suas sabedorias mantem postura vigilante para garantir a sociobiodiversidade viva” (Chaves, et al., 2023, p.32). Território com riquezas incomensuráveis em que as fronteiras dessa floresta por muito, vem sendo transgredida pelo capital com seus olhares “ das nações ricas do planeta, ávida por transformar aquelas riquezas em mercadorias de algo valor do mercado mundial” (Nascimento, et al., 2021, p. 216),

O território Amazônico que adentrou no circuito de produção capitalista, com a extração, inicialmente de suas riquezas naturais para responder as necessidades do capitalismo, inicialmente, no que chamamos do ciclo da borracha, foi intensificado com a extração do látex das seringueiras para o abastecimento da produção de pneus para indústria automotiva de 1870 a 1910. Contudo, o ritmo da produção capitalista, não comunga com as formas extrativistas de produção, pois requer demasiadamente tempo para realizar esse processo. Foi quando conseguiram extração do látex de forma industrial que foi plantada na Ásia, porém com a II Guerra Mundial, a Amazônia voltou ao cenário da produção capitalista, e o processo de política pública de migração para Amazônia foi intensificada pelo Estado brasileiro para suprir a necessidade de recursos naturais para a produção capitalista.

O ciclo da borracha extinguiu-se e a região Amazônica, principalmente o Amazonas, vivenciaram situação de expropriação dos nativos a “partir dos processos de ocupação do território pelo grande capital, retirou aquilo que lhe permite a reprodução das suas condições materiais de existência a terra e os espaços da natureza”(Nascimento, et al., 2021, 219), ou seja, o avanço capitalista transforma todas as formas de produção tradicional que liga o homem à natureza a partir de sua temporalidade e de seus conhecimentos tradicionais, com o usufruto da terra e de suas força de trabalho como forma de responder suas necessidades mais primaz, em relações mercantilista à lógica capitalista de ser.

O avanço capitalista na região foi incentivado pelo Estado capitalista no processo de apropriação, exploração e dominação do território Amazônico, transformando-a em região de grande produtora e exportadora de matérias-primas para suprir todas as formas de produção e necessidades do capital. O grande capital “penetrou nas áreas indígenas, cortou as reservas, lavrou o subsolo, alagou aldeias, a cultura tradicional dos índios foi feridas, a sua liberdade ancestral ameaçada”(Hébette, 1991 apud Herrera et al., 2016, p. 2016), o domínio do território amazônico pelo capital para suprir suas necessidades imediatas de recursos para a produção, acarreta consequências sociais e ambientais imediato e a longo prazo.

Diferente do que foi pensado sobre o desenvolvimento da região no sentido de política

de integração nacional a partir de 1960 com grandes empreendimentos na Amazônia com investimento do Estado em infraestrutura e industrialização, foi sucedida por uma nova forma de inserção na política de globalização da Amazonia transformando-a em região produtora e exportadora de produtos primários para responder as necessidades do capital. (Hebétte, 2024 apud Herrera et al., 2016).

O desenvolvimento pensado para Amazônia sob a égide do desenvolvimento capitalista e integração nacionais pós ciclo da borracha, foram os grandes empreendimentos na região com o Plano de Desenvolvimento Nacional -PND que inicia no Governo Cívil-Militar com a finalidade de ocupar estrategicamente a região para a defesa nacional e impulsionar a ocupação da Amazônia pelo Capital. Os grandes projetos econômicos para o Amazonas, foi a tentativa de concretização da transamazônica e posteriormente, a partir de 1967, a consolidação da Zona Franca de Manaus, com implementação de indústria para o desenvolvimento da região, que posteriormente, concentrou a maioria da população do Amazonas na cidade de Manaus, impulsionando o aumento considerável do conjunto de desigualdades sociais na capital do Amazonas.

Ribeiro e Rapozo (2020) contribuem sobre a discussão da ofensiva do capital no Amazonas, quando apontam em estudos, os grandes projetos destinados para a região, numa perspectiva de extração e exportação de recursos e produtos. Os autores supracitados apontaram que os grandes projetos causaram impactos sociais e ambientais sem precedentes. A hidrelétrica de Balbina, no município de Presidente Figueiredo, 102 km de Manaus, é um exemplo de grande impacto ambiental e social, principalmente para os indígenas que ali viviam, pois perderam território ancestral, lugar de caça e pesca. Também no Amazonas, apontam que a Mineradora Taboca, que com extrativismo mineral de estanho e minerais industriais no município de Pitinga, impactou a vida da população ribeirinha e dos indígenas. E outro projeto implementado e concretizado no Amazonas foi o gasoduto Urucu-Coari-Manaus, que causou impactos sociais no município de Coari que viu a população crescer vertiginosamente ocasionando desigualdades sociais das mais variadas na região e teve impacto ambiental pois interferia diretamente nos biomas e na comunidade Ribeirinha e Indígenas.

Em 2019, na tentativa de criar um polo de agronegócio no Sul do Amazonas, desenhado por ruralistas, o sul do Amazonas vem se transformando numa frente de desmatamento e disputa de terras que avança sob as florestas, Parque Estaduais e Reservas Ambientais, sendo que os municípios de Apuí, Boca do Acre, Canutama, Humaitá Lábrea, Manicoré e Nova

Aripuanã, formam o arco do agronegócio que vem pelo Centro-Oeste do Brasil como bem apontou Carvalho (2021) em reportagem no jornal O Globo. Ao cruzarmos as informações do Painel de Monitoramento Ambiental do Governo do Amazonas, vemos que em 2023 esses municípios foram os que mais desmataram com os maiores números de queimadas registrados no Amazonas naquele ano. Evidencia-se o avanço capitalista no Amazonas transformando a floresta em commodity para as necessidades predatórias e insustentável do modo de produção capitalista.

3 CONCLUSÃO

O Amazonas que em 2023 sofreu umas das graves crises climáticas que entre dois anos foi o extremo da cheia à seca, evidencia o resultado do modo de produção capitalista na crise ambiental à longo prazo que ocasionou mudanças substanciais nas questões climáticas, bem como o avanço predatório da região amazônica sobre as bases de diversas formas de extrações dos seus recursos para satisfazer a lógica da produção capitalista, transformando a região em território de commodity para o capital.

Pensar no processo de avanço do capital sobre a região com suas diversas frentes de ocupação e extração das riquezas naturais da região e suas consequências para o meio ambiente e para a população que ali vive, requer o desvelamento desse processo que causa a pseudoconcreticidade da realidade, para apreender o movimento do real e fomentar produção de conhecimento que favoreça a organização política de movimentos sociais e políticas públicas de proteção ao meio ambiente e à vida e principalmente endossar o fortalecimento da luta dos trabalhadores no processo de superação da lógica capitalista de produzir e criar a agudização da questão social e ambiental.

REFERÊNCIAS

CHAVES, Maria do P. Socorro Rodrigues. Sustentabilidade e Objetivos do desenvolvimento sustentável na Amazônia: geração de Tecnologias Sociais em Comunidades tradicionais. In: Serviço Social, Direitos Humanos e Sustentabilidade. Manaus: EDUA; São Paulo : Alexa Cultural, 2023.

HERRERA, José Antônio; MOREIRA, Rodolfo Pragana; BEZERRA, Tássia Stêfany Lima. A AMAZÔNIA: EXPANSÃO DO CAPITAL E APROPRIAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS José. Revista Brasileira de Gestão e desenvolvimento regional, v. 12, n. 2, 2016.

NASCIMENTO, Nádía S. Fialho; TEIXEIRA, Joaquina Barata; SÁ, Maria Elvira Rocha de; SILVA, Thaís Sousa. Lógica do capital e (in) sustentabilidade na Amazônia. In: Serviço Social, Políticas Públicas e Sustentabilidade. Alexa Cultural: São Paulo, Edua: Manaus, 2021.

NOGUEIRA, Marinez Gil; CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro R. **Desenvolvimento Sustentável e Ecodesenvolvimento**: uma reflexão sobre as diferenças ideopolíticas conceituais. SOMANLU - Revista de Estudos Amazônicos/PPGSCA, ano 5, n. 1, 2005.

RIBEIRO, Luciano Sá; RAPOZO, Pedro Henrique Coelho. Os grandes projetos econômicos no Brasil e na Amazônia como motivadores do surgimento dos novos movimentos sociais e a contribuição da analítica de Dussel. Humanidades & Inovação, v. 7, n. 16, p. 339-355, 2020.

SILVA, Maria das Graças e. Questão ambiental e as principais formas de enfrentamento no século XXI. **Educação ambiental e Serviço Social**: O PEAC e o licenciamento na gestão pública do meio ambiente. Nailsa Maria Souza Araújo, Josiane Soares Santos, Maria das Graças e Silva (Organizadoras). São Cristóvão: Editora UFS, 2012.